

# INFORMAÇÕES DISCRETAS E DISCRIMINANTES NO ARTIGO LÉXICO

Félix Bugueño Miranda,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
felixv@uol.com.br

Virginia Sita Farias,  
Bolsista BIC/PROPESQ/UFRGS  
virginiafarias@terra.com.br

**Resumo:** O trabalho faz uma análise do programa de informações da microestrutura de vários dicionários gerais e escolares da língua portuguesa, chamando a atenção para o elevado número de informações que não têm nenhuma relevância para o consulente (informações não discretas) ou não acrescentam nada ao seu conhecimento da língua (informações não discriminantes).

**Palavras-chave:** microestrutura, informações discretas, informações discriminantes.

**Abstracts:** This paper analyzes the micro structural information program of monolingual and school dictionaries in Portuguese. The analysis will show that these dictionaries present a large number of non relevant information for the dictionary users and do not contribute to a better understanding of their mother tongue (non-discriminating information).

**Keywords:** microstructure, relevant information, discriminating information.

## 1. Introdução

A partir de trabalhos pioneiros como os de Zgusta (1971) e Haensch (1982), a teorização em torno do objeto lingüístico dicio-

nário ganhou um volume considerável de publicações. Mesmo que hoje já exista um consenso sobre conceitos tais como *macroestrutura* (cf. Hartmann, James (2001, s.v. *macrostructure*)), *microestrutura* (cf. Welker (2004, p. 107-177)), ou *medioestrutura* (cf. Bugueño (2003)), persistem, ainda, muitos problemas teóricos com soluções que estão longe de apresentar resultados satisfatórios, tais como a formulação de taxonomias, a caracterização objetiva do papel e das necessidades do usuário, ou a apresentação mais aprimorada da informação sintática na tarefa de produção textual, para citar alguns casos.

Sem dúvida alguma, a microestrutura é a que recebe a maior atenção na bibliografia especializada. Os resultados da pesquisa em relação a este componente do dicionário poderiam ser representados pelos seguintes tópicos, sobre os quais existe já amplo acordo<sup>1</sup>:

- a) o artigo léxico deve apresentar um conjunto de informações ordenadas (cf. Haensch (1982: 462); também Martínez de Souza (1995, s.v. *microestructura*))<sup>2</sup>
- b) no artigo léxico deve ser fundamental reconhecer um programa (constante) de informações (cf. Jackson (2002: 81))
- c) o artigo léxico apresenta dois segmentos básicos: comentário de forma e comentário semântico, respectivamente (cf. Wiegand 1989a: 434))
- d) as informações mais procuradas na microestrutura são a significação e a indicação ortográfica (cf. Landau (2001)).

No que diz respeito à organização da informação no verbete, vale a pena levar em conta as palavras de Schlaefter (2002: 85), segundo o qual “os segmentos de um artigo [*sc.* léxico] microestruturalmente organizado ganham seu valor informativo (...) não por um encadeamento semântico-sintático ou textual, mas fundamentalmente pela posição destes segmentos no interior da estrutura [*i.e.* do próprio artigo]”<sup>3</sup>. Isto quer dizer que o artigo não somente ganha valor pelo conjunto de informações que apresenta (qualquer que seja esse conjunto), mas também pela disposição absolutamente estratégica destas informações.

Em síntese, pode-se dizer que o verbete deve possuir uma série de segmentos canônicos, e que ditos segmentos devem ter uma dada organização. Na esteira de Wiegand (1989a), Engelberg, Lemnitzer (2004: 134-136), por exemplo, salientam que todo artigo é um conjunto de sistemas semióticos (chamados de “indicadores estruturais”<sup>4</sup> e “informações”<sup>5</sup>) que têm por tarefa orientar o consulente no acesso mais rápido ao item microestrutural procurado, assim como lhe oferecer informações sobre a língua propriamente tal.

Se, por um lado, já existe um consenso sobre como é (ou deveria ser) a organização interna de um artigo léxico, é possível constatar, por outro lado, que no caso concreto dos dicionários do português, além de nem sempre serem respeitados os princípios acima descritos, também propõe-se um programa constante de informações que nem sempre tem uma utilidade real para o potencial consulente. Sobre este particular, e como uma reflexão acerca da obra lexicográfica, Wiegand (1989a: 415) já advertia que “o programa [*sc.* de informações], [*sc.* i.e.] a microestrutura linear constante, está fortemente determinado pelo tipo de dicionário”<sup>6</sup>. Desta afirmação é possível deduzir que: a) toda informação dentro do artigo léxico (seja na forma de um indicador estrutural, seja na forma de uma informação sobre a língua propriamente dita) deveria ter um valor efetivamente funcional, isto é, servir, de fato, ao consulente, e b) deve haver correspondência entre o programa de informações do artigo e o tipo de dicionário. Dito em outros termos, o fundamental na estruturação do artigo léxico é que cada segmento seja estratégico, isto é, efetivamente informativo.

Neste trabalho pretende-se aprofundar aspectos que dizem respeito à apresentação da informação dentro do verbete, tanto nos dicionários gerais monolíngües do português, como em vários dicionários escolares<sup>7</sup>. A análise permite constatar que as informações contidas em muitos artigos dos referidos dicionários nem sempre têm uma utilidade real para o consulente.

## 2. A estrutura do artigo léxico sob a perspectiva de informações discretas e discriminantes

### 2.1. O que são informações discretas e discriminantes

O sucesso na consulta de um artigo léxico do dicionário depende, como foi salientado já nos parágrafos precedentes, da presença de um programa constante de informações, de códigos semióticos que ofereçam uma estrutura de acesso interna ágil e, naturalmente, de uma definição bem construída.

Nesse contexto, a leitura de várias obras lexicográficas brasileiras revela que, ainda que seja possível identificar uma estruturação das informações<sup>8</sup> dentro do verbete, nem todas elas têm uma utilidade real para o consulente.

Essa constatação nos faz propor o cumprimento de dois princípios estruturantes na disposição das informações no artigo léxico. Esses princípios são:

- a) Toda informação no artigo léxico deve ser discreta.
- b) Toda informação no artigo léxico deve ser discriminante.

Por informação discreta no artigo léxico entendemos uma informação que seja efetivamente relevante para o consulente. No que diz respeito à língua portuguesa, os seguintes exemplos são casos claros de informações discretas:

anão (...) <i>Fem.: anã; (...)</i>
------------------------------------

Mi (1998, s.v.)

continuísta<sup>2</sup> [De *continuar* + *-ista*.] *S.2.g. Cin. Telev.* Pessoa encarregada da continuidade (5).

continuidade (...) 5. *Cin. Telev.* Num filme, o desenvolvimento contínuo e coerente de uma idéia ou de uma seqüência. (...)

Nestes dois casos, cada uma das informações é de prioridade absoluta. Com relação ao primeiro exemplo, a formação do femi-

nino nas palavras acabadas em *-ão* na língua portuguesa possui mais de uma forma. No que diz respeito à remissão na paráfrase definidora em *continuista*<sup>2</sup> (“Pessoa encarregada da continuidade (5)”), ela é também discreta, pois ajuda a encontrar de forma mais rápida e efetiva a informação precisa dentro de um artigo polissêmico.

No entanto, o emprego, em outros casos, do mesmo índice formal de busca revela-se não informativo, situação que é muito freqüente:

conto<sup>1</sup> (...) 5. Narrativa pouco extensa, concisa, e que contém unidade dramática, concentrando-se a ação num único ponto de interesse: “Esta história mítica, cheia de símbolos, faz parte da seleção feita por Paulo Rónai e Aurélio Buarque de Holanda das lendas, fábulas, diálogos e apólogos, parábolas, paródias, textos que podem ser considerados a origem do conto universal.” (Cecília Costa, em *O Globo*, 1.5.1999.) [Cf., nesta acepç., novela (1) e romance (4).]

novela (...) 1. *Liter.* Narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis. [Cf. romance (4) e conto<sup>1</sup> (5).]

romance 4. *Liter.* Descrição longa das ações e sentimentos de personagens fictícios, numa transposição da vida para um plano artístico. [Cf., nesta acepç., novela (1) e conto<sup>1</sup> (5).]

Au (1999, s.v.)

No final do artigo *conto*<sup>1</sup> aparece uma remissão a *novela* (1) e *romance* (4). O uso de índices formais de remissão é completamente ineficiente neste caso, já que o consulente não dispõe de nenhuma ajuda para poder discriminar sozinho e estabelecer assim uma oposição “ontológica” entre *conto* e *novela*. Estamos, por tanto, diante de uma informação não discreta. Uma distinção mais clara só é possível entre *conto* e *romance*. Ainda que neste trabalho nos abstenhamos de avaliar a qualidade das definições em termos de informações discretas e discriminantes, intuimos que este item

merece um tratamento muito aprimorado.

Em MiEsc (2004), um dicionário escolar, por sua vez, constatamos que a primeira informação que aparece após o signo-lema é a indicação etimológica como s.v. *comédia*, *condenar* ou *influir*

comédia (gr. *komoidia*)  
condenar (lat *condemnare*)  
influir (lat *influere*)

o que, evidentemente, não constitui nenhum aporte para o consulente escolar. Trata-se, portanto, de uma informação não discreta.

Por informação discriminante entendemos uma informação que permita ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou conhecimento da língua. Por exemplo, em Au (1999, s.v. *boche*) aparece o seguinte comentário de uso: “Us. na loc. adv. *a boche*”, que indica ao consulente a única combinação possível em que tal palavra pode ser usada. Situação idêntica encontra-se s.v. *conter* no pós-comentário: “[Irreg. Conjug.: v. *ter*. Pres. ind.: *contenho*, *conténs*, *contém*, *contemos*, *contendes*, *contêm*. (...)]”, ao se advertir ao usuário que tal verbo possui formas que fogem ao paradigma da regularidade verbal. Ao contrário, s.v. *datal* (Au (1999, s.v.)) diz-se no comentário de forma que o plural deste adjetivo é um homófono da forma de segunda pessoa plural do presente do indicativo do verbo *datar*. Uma informação assim não representa nenhum acréscimo, nem constitui nenhum subsídio estratégico do qual o consulente possa tirar algum proveito. Trata-se, portanto, de uma informação não discriminante.

A presença deste tipo de fenômeno, isto é, informações não discretas e/ou não discriminantes, é muito mais freqüente do que se poderia imaginar e acaba, inevitavelmente, por comprometer a qualidade da obra lexicográfica. Em razão disso é que parece prudente considerar ambos os princípios como princípios canônicos da estruturação do artigo léxico. Sob pena de formular uma conclusão parcial e precipitada, pode-se dizer que a discussão metalexográfica

das últimas décadas centrou-se em estabelecer que tipos de informação podiam fazer parte do artigo léxico<sup>9</sup>, assim como determinar as possíveis formas de organizá-lo (cf., por exemplo, Wiegand (1989b)). Não há, no entanto, uma discussão sobre o que deve (ou não deve) estar presente na microestrutura, ainda que Wiegand (1989b) já advertisse sobre a necessidade de atrelar o programa constante de informações ao tipo de dicionário que se almeja redigir.

## **2.2. Análise das informações discretas e discriminantes no artigo léxico**

### **2.2.1. Parâmetros básicos de avaliação**

Para poder estabelecer o valor discreto e discriminante de uma informação dentro do artigo léxico é fundamental considerar as seguintes questões:

- a) a necessidade ou pertinência real de considerar um tipo específico de informação no artigo léxico.
- b) o lugar que um tipo de informação pode (ou deve) ocupar dentro do artigo léxico.
- c) as necessidades do usuário<sup>10</sup>.
- d) o tipo de dicionário

Em relação a este último ponto, Pitzek (1999), por exemplo, salienta que uma definição conceitual “*stricto sensu*” do que é um dicionário geral monolíngüe é difícil, mas é possível estabelecer certos traços característicos que este tipo específico de obra lexicográfica apresenta, tais como:

- 1) seu objetivo é oferecer uma explicação sobre o significado das palavras
- 2) seu escopo é um recorte sincrônico do vocabulário
- 3) está concebido para um público amplo de nativos falantes
- 4) o léxico aparece tratado principalmente sob uma perspectiva semasiológica tentando estabelecer também relações onomasiológicas

- 5) tenta oferecer um espectro amplo de informações (ortografia, informações gramaticais, etimologia, significação, padrões estilísticos e diatópicos, pronúncia, etc.)
- 6) as paráfrases definidoras devem estar redigidas em um vocabulário neutro e simples

Sobre esse conjunto de traços deve-se sobrepor as necessidades do usuário. Já foi dito que, segundo Landau (2001), haveria duas necessidades básicas que este tipo de dicionário deveria satisfazer: fornecer informações sobre o significado de uma palavra, assim como sobre a sua forma correta de ser escrita (ortografia). Isto não quer dizer que outro tipo de informação não possa vir a fazer parte do programa constante de informações, como depois será visto. No caso específico do dicionário geral monolíngüe é perfeitamente possível (e até desejável) que esse padrão mínimo de informações seja expandido.

### **2.2.2. A etimologia como informação não discreta no dicionário.**

Em Bugueño (2004) demonstramos que este tipo de informação pode ser, de fato, de uma utilidade considerável para uma parcela do público consulente, desde que corretamente apresentada. Evidentemente, um consulente que procura no artigo léxico somente informações relativas à significação de uma determinada palavra, não poderia tirar proveito de uma eventual informação etimológica. Supondo, por outro lado, que o consulente seja uma pessoa com conhecimentos de lingüística, essas mesmas informações, assim como são apresentadas na maioria dos dicionários gerais monolíngües -com a única exceção de Hou (2001)-, continuam sendo de muito pouca utilidade. Desta forma, fica em evidência que a funcionalidade de um segmento informativo do artigo léxico não está assegurada “a priori” pela sua simples presença, mas sim pela sua capacidade de fornecer dados relevantes que permitam ao consulente tirar um proveito real. Um exemplo paradigmático é a

indicação etimológica que se fornece para o artigo *estocada* em Au (1999, s.v.):

*estocada* [De *estoque* + *-ada*<sup>1</sup>.] *S. f.* 1. Golpe com estoque<sup>1</sup>. 2. Golpe com a ponta de espada ou florete. 3. *Fig.* Surpresa desagradável. 4. *Fig.* Astúcia para causar dano. [Cf. *estucada*, fem. do part. de *estucar*.]

No final do artigo aparece um pós-comentário etimológico que sugere que a forma *estocada* está relacionada com *estucar*. S.v. *estucar*, por sua vez, e no pós-comentário, há uma remissão a *estocada* e *estoque*, respectivamente.

*estucar* [De *estruque* + *-ar*<sup>2</sup>.] *V. t. d.* 1. Revestir de estruque. *V.int.* 2. Trabalhar em estruque. [Conjug.: v. *trancar*. Fem. do part.: *estucada*. Cf. *estocada* e *estocar*.]

É evidente que, para o consulente sem formação lingüística, estas informações não terão utilidade. Em primeiro lugar, a indicação etimológica informa que *estocada* é um derivado de *estoque*, ainda que as transformações morfo-fonológicas não permitam acompanhar (sem alguma informação adicional) o raciocínio da proposta etimológica. O pós-comentário acaba provocando ainda mais incerteza sobre o particular. No que diz respeito a um consulente com formação em ciências da linguagem, a situação não é muito diferente, já que simplesmente faltam dados para que se possa interpretar corretamente a proposta etimológica alternativa feita pelo lexicógrafo. Dito em outros termos, se o lexicógrafo optou por fornecer indicações etimológicas, o comentário etimológico deveria ser crítico<sup>11</sup>, sobretudo quando a proposta etimológica requer informações complementares. Somente nessas condições, este segmento torna-se discreto e discriminante.

### 2.2.3. Informações sobre parônimos

S.v. *darto* em Au (1999) aparece a remissão para *dartro*, artigo léxico no qual, por sua vez, há uma remissão a *darto*. Nestes casos, Au (1999) parece ter se orientado pela probabilidade de se produzir uma confusão entre estas duas formas, mas não há qualquer informação que alerte o usuário não especializado sobre o fato. Nessas condições, a remissão não apresenta nenhuma utilidade para o consulente não versado em questões idiomáticas. Em Mi (1998, s.v. *balça*) é possível constatar um fenômeno similar. No final do artigo aparece uma remissão para *balsa*. Neste último artigo aparece novamente uma remissão para *balça*, sem que exista qualquer indicação sobre o valor ou função de tal informação. É fundamental assinalar que até um consulente com conhecimentos em lingüística teria grande dificuldade em extrair algum proveito destas informações, já que uma análise do comentário semântico nos dois artigos permite supor também outros tipos de relações, tais como a existência de formas paralelas.

Nos dicionários escolares, por sua vez, também é muito comum encontrar diversas remissões ao final dos artigos léxicos. Estas remissões, entretanto, apresentam os mesmos problemas: em primeiro lugar, nem sempre as informações fornecidas têm real utilidade para os estudantes, e, em segundo lugar, a sua apresentação dentro do artigo nem sempre facilita o acesso e a compreensão dos consulentes.

Em MiLu (2002, s.v. *destinto*), por exemplo, temos, ao final do verbete, uma referência ao parônimo *distinto*, e s.v. *distinto*, uma remissão ao parônimo *destinto*. A mesma situação encontramos em MiHou (2004): s.v. *destinto* faz-se uma remissão ao parônimo *distinto*, e s.v. *distinto*, uma referência a *destinto*. Considerando-se, no entanto, que a forma *destinto* possui uma baixa frequência de uso<sup>12</sup>, não haveria razão sequer para que um dicionário destinado majoritariamente a um público escolar registrasse este vocábulo, de modo que a remissão ao parônimo *destinto* no artigo léxico *distinto* não é uma informação relevante para o consulente, consti-

tuindo, pois, uma informação não discreta. Também a forma como esta informação aparece nos verbetes pode causar confusão para os consulentes. A remissão ao parônimo aparece sempre ao final do artigo, antecedida da sigla *Cf.* Ora, este é o mesmo recurso formal utilizado nestas duas obras para as remissões a alguns antônimos (por exemplo, s.v. *baixa-mar*, em MiLu (2002), encontramos “*Cf. preamar* ou *maré-cheia*.”), e, em geral, às demais palavras relacionadas semanticamente ao signo-lemma (por exemplo, s.v. *bolchevique*, também em MiLu (2002), encontramos “*Cf. menchevique*.”). Assim sendo, quando o estudante encontra esta remissão ao final do artigo, não fica claro de imediato se se refere a um parônimo, a um antônimo, a um correlato, ou, mesmo, a uma variante, de modo que esta se torna uma informação não discriminante para o consulente. Em situação diferente, por sua vez, encontra-se o par *delatar/dilatar*. Neste caso, se o lexicógrafo pensa ser necessário chamar a atenção para os parônimos dentro do artigo léxico de um dicionário escolar, isto é compreensível, já que as duas palavras possuem frequência elevada. É importante, porém, observar que a remissão deve ser feita nos artigos dos dois vocábulos envolvidos no fenômeno léxico, e de uma maneira que esta informação não se confunda com os outros tipos de informações fornecidas no verbete. Para citar um exemplo, em MiAu (2005, s.v. *dilatar*) encontramos uma remissão a *delatar*; no entanto, s.v. *delatar*, não encontramos nenhuma remissão ao parônimo (cf. MiAu (2005, s.v.)), o que torna a relação entre os dois artigos léxicos assimétrica.

#### 2.2.4 Informação sobre antonímia

No que diz respeito ao tratamento da antonímia, um dos aspectos mais negligenciados na lexicografia, o problema é a falta de um tratamento sistemático que é dispensado a este fenômeno léxico-semântico nos dicionários. Em Mi (1998, s.v. *baldo*) aparece o antônimo *proficuo*. S.v. *proficuo*, por sua vez, não há nenhuma indicação de antônimo para *baldo* ou qualquer outra forma léxica com valor semelhante. S.v. *bêbedo* não aparece o antônimo mais

óbvio, que seria *sóbrio*. S.v. *sóbrio*, figura o antônimo *intemperante* e s.v. *intemperante* não há indicação de antônimo algum. São, portanto, informações não discriminantes.

Um outro caso de informação não discriminante é o sistema de apresentação de relações antonímicas proposto por Hou (2001). Primeiramente, destaca-se que em muitos artigos o sistema é complexo demais para um consulente não especializado. Ainda que se saiba que entre sinonímia e antonímia existe uma relação complementar, para o leitor leigo deve resultar complexo, por exemplo, tentar procurar s.v. *egoísmo* os sinônimos possíveis e encontrar no pós-comentário semântico a seguinte informação: “SIN/VAR ver sinonímia de *imodéstia* e antonímia de *desprendimento*” (Hou (2001, s.v.)). No que diz respeito à antonímia propriamente dita, aparece também uma referência ao fenômeno “complementar”: “ANT ver sinonímia de *austeridade* e *desprendimento*” (Hou (2001, *ibid.*)). S.v. *austeridade* aparece a seguinte série sinonímica, que para os efeitos do fenômeno léxico que se procura, faz as vezes de série de antônimos:

austeridade *s.f.* (a1600 cf. DA) qualidade ou caráter de austero; austereza ? ETIM lat. *austeritas, átis* ‘id.’; ver *auster-*? SIN/VAR (e afins) austereza, autarcia, autocontrole, autodomínio, bola, cabeça, circunspeção, circunspeção, comedimento, compostura, continência, critério, desafetação, despojamento, discricção, equilíbrio, frugalidade, gravidade, juízo, lhanza, maneiras, método, moderação, modéstia, modo, naturalidade, ordem, parcimônia, ponderação, prudência, recolhimento, regra, reserva, respeito, retraimento, rigor, sensatez, senso, seriedade, severidade, simplicidade, singeleza, siso, sisudez, sobriedade, têmpera, temperança, tino, virtude, vulto; ver tb. sinonímia de *restrição* e *vigor* ? ANT afetação; ver tb. sinonímia de *aumento*.

Dito procedimento é muito pouco elucidativo por várias razões. Em primeiro lugar, sabe-se hoje que a antonímia corresponde a uma série complexa de relações (para um panorama completo do proble-

ma, v. Schiffko (1991)), de maneira que o consulente recebe, neste caso (como em muitos outros), uma simples listagem de unidades léxicas sem nenhuma classe de “distinguidores semânticos” que o auxiliem numa escolha minimamente orientada segundo as suas próprias necessidades. Em segundo lugar, o que pareceria ser um sistema binário de implicação formal (“procurar a antonímia de  $x$  na listagem de sinônimos de  $y$ ”), cobra uma nova dimensão, já que o indicador estrutural “sinonímia” tem, na verdade, valor duplo: “SIN/VAR”, sem que Hou (2001, § 23.1-23.3; 45-45.6)<sup>13</sup> esclareça bem a relação entre estes dois tipos de unidades<sup>14</sup>.

No âmbito da lexicografia escolar, MiMe (2000) e MiHou (2004) são os dicionários que trazem mais antônimos nos artigos léxicos. Analisamos, nestas duas obras, os artigos referentes ao grupo de palavras *corajoso*, *covarde*, *medroso* e *valente*. Em MiMe (2000), s.v. *medroso* encontramos o antônimo *valente*, e s.v. *valente*, o antônimo *covarde*; mas s.v. *corajoso* e s.v. *covarde*, não encontramos antônimos (cf. MiMe (2000, s.v.)). Como vemos, as informações fornecidas nesta obra são assimétricas: se buscamos um antônimo s.v. *medroso*, encontramos em MiMe (2000) *valente*, porém, se buscamos um antônimo para *valente*, não encontramos *medroso*, mas sim *covarde*; por sua vez, se procuramos um antônimo s.v. *covarde*, não encontramos nenhuma informação nos remetendo a *valente*, e, por fim, o vocábulo *corajoso* sequer aparece neste dicionário relacionado aos demais. Já em MiHou (2004) temos a seguinte situação: s.v. *corajoso* encontramos os antônimos *covarde* e *medroso* (ac. 1); s.v. *medroso*, temos *corajoso*; mas s.v. *covarde* e s.v. *valente* não encontramos antônimos (cf. MiHou (2004, s.v.)). Temos nesta obra, novamente, uma situação de assimetria na apresentação da informação: em MiHou (2004, s.v. *corajoso*) temos dois antônimos para a primeira acepção, *covarde* e *medroso*; por sua vez, em MiHou (2004, s.v. *medroso*) temos o antônimo *corajoso*, mas em MiHou (2004, s.v. *covarde*) não há informação de antônimos, e, finalmente, como em MiMe (2000), uma das palavras ficou fora da relação com as demais, já que, além de não se apresentar antônimos no verbete relativo a *valente*,

este vocábulo não está mencionado como antônimo nos demais artigos analisados.

Se o lexicógrafo julga ser necessário apresentar antônimos no artigo léxico de um dicionário escolar, isto pode ser feito, mas é essencial que a mesma informação seja dada nos artigos léxicos de todas as palavras registradas no dicionário que entram numa determinada relação de antonímia, de modo que a obra mantenha um programa constante de informações. Assim sendo, já que os dicionários escolares analisados optaram por oferecer antônimos no artigo léxico, a situação deveria ser a seguinte: s.v. *corajoso*, deveríamos encontrar os antônimos *covarde* e *medroso*; s.v. *covarde*, os antônimos *corajoso* e *valente*; s.v. *medroso*, *corajoso* e *valente*, e s.v. *valente*, *covarde* e *medroso*. Quando o dicionário não mantém um programa constante de informações, como no caso das obras analisadas, fica difícil entender por que certa informação é oferecida em alguns artigos, mas em outros não, e qual será a sua relevância nos verbetes em que ela é fornecida, de modo que a informação converte-se em algo não discriminante e não discreto para o consulente.

### 2.2.5. O valor informativo dos exemplos

O exemplo pode ser uma ferramenta importante para tornar a informação mais compreensível. Notamos, no entanto, que, na maioria dos casos, este recurso não está bem empregado tanto nos dicionários gerais, como nos escolares.

Segundo a categoria de palavras consideradas, o exemplo pode ter duas funções básicas: a) ajudar a elucidar a significação de uma unidade léxica, e b) ajudar a compreender melhor como é ou pode ser usada uma palavra.

As funções acima mencionadas<sup>15</sup> referem-se basicamente às unidades com significação léxica (substantivos, adjetivos e verbos) no caso do item a), enquanto que, no segundo caso, aponta-se para as relações sintagmáticas (valência e regência verbal). Com relação à sua ocorrência, os problemas mais freqüentemente encontrados são: 1) a falta de critérios coerentes para a escolha das

acepções que realmente necessitam ser complementadas por um exemplo (para auxiliar a compreensão e/ou apresentar contextos sintáticos), e 2) o fornecimento de exemplos ambíguos, que não ajudam o consulente a entender o significado nem os possíveis contextos de uso, ou ainda, nos casos de nomes e verbos regidos por preposições, exemplos que não são suficientemente claros para que o leitor entenda o emprego sintático correto do vocábulo.

Nem sempre os exemplos cumprem com a função que lhes é conferida e, nestes casos, tornam-se informações não discriminantes, tais como s.v. *alheação* em Au (1999):

alheção [De *alhear* + *-ção*.] S.f. V. alheamento: “cada um em seu canto de sofá, separados ainda mais pela completa alheação do que pelo espaço que entre ambos mediava” (José de Alencar, *Senhora*, p. 262).

O exemplo só cobraria o valor de uma informação discriminante (ainda que se trate de um esforço completamente supérfluo!) se o consulente procura s.v. *alheamento* e, a seguir, continua a sua busca s.v. *alhear*, onde, sim, o exemplo é um complemento elucidativo da paráfrase definidora.

No que diz respeito especificamente aos dicionários escolares, temos s.v. *achar* em MiMe (2000) “Estar: *Achava-se em perigo*.” (ac. 5) e s.v. *jogar*, “Entregar-se ao jogo de: *Os três amigos jogavam bilhar*.” (ac. 3), onde, no primeiro caso, a presença do exemplo é completamente legítima, enquanto que no segundo caso, é desnecessária, e, portanto, constitui uma informação não discreta. Por outro lado, nesta mesma obra, s.v. *acabar*, “Dar cabo de, destruir.” (ac. 1), cuja estrutura sintática do verbo exige a preposição *com*, não há exemplo de uso que possa ajudar o consulente a utilizar a construção correta deste verbo, o que é um equívoco. Por sua vez, s.v. *acabar* em MiHou (2004), temos “(prep. *com*) causar grande prejuízo a; destruir < *o boato acabou com sua imagem*>” (ac. 4) e s.v. *arregalar* “abrir muito (os olhos), por alegria, espan-

to etc.; esbugalhar”, onde os exemplos foram, respectivamente, usados e omitidos acertadamente pelo lexicógrafo, mas, por outro lado, também encontramos o caso de *asseverar*, onde se usa um exemplo desnecessariamente na segunda acepção, o que constitui uma informação não discreta: “dar como certo; provar < *nada assevera seu erro*> ” (ac. 2), ao passo que não se oferece um exemplo na primeira acepção, justamente quando ele seria necessário para indicar a construção sintática correta do verbo: “(prep. *a*) declarar com certeza; assegurar” (ac. 1). Por fim, em MiAu (2005) temos, com relação aos adjetivos relacionais, s.v. *têxtil* “Relativo a tecelões ou à tecelagem: *indústria têxtil*.” (ac. 2) e s.v. *médico*, “Medicinal (1).” (ac. 1). Esta classe de adjetivos muda sua significação em função do substantivo que acompanha, de modo que seria importante oferecer exemplos para complementar a definição destas palavras. Sendo assim, s.v. *têxtil*, o exemplo oferecido estaria bem empregado; no entanto, s.v. *médico*, além de se fazer uma remissão a outro artigo léxico, em vez de se oferecer uma definição, também não encontramos nenhum exemplo que possa ajudar o consulente a entender os contextos de uso deste vocábulo.

Em relação aos exemplos “ad hoc” sobre regência e valência verbal, carecemos ainda de suficiente experiência para avaliar de uma forma mais sistemática estas questões<sup>16</sup>. Ainda assim, identificamos o problema ao encontrar casos como s.v. *morar* em DUPB (2001):

*morar* V× [Processo] [ Compl: em + nome abstrato]1 (Coloq)  
entender; compreender: *Antes eu já morava no seu namorinho com Jean Paul Belmondo* (RO); e *eu aguardava um telefonema da Jeanne Moreau. Morou?* (T) (...).

## Notas

1. Todos os tópicos referem-se a um dicionário semasiológico monolíngüe.
2. A esse respeito Hartmann, James (2001, s.v. *microstructure*) salientam que se trata do “internal design of a reference unit”
3. “Die Segmente eines mikrostrukturell gegliederten Artikels erhalten ihren Informationswert (...) nicht durch semantisch-syntaktische oder textuelle Verkettung, sondern überwiegend durch ihre Position innerhalb der Struktur.
4. *Strukturanzeiger*, no original.
5. *Angaben*, no original.
6. “das Programm, die abstrakte lineare Mikrostruktur, ist weitgehend determiniert von Wörterbuchtyp”.
7. Seguindo a tendência da lexicografia européia, os dicionários aparecem identificados por siglas (cf. Hartmann (2001:11)).
8. Estamos nos referindo ao “programa constante de informações”.
9. Wiegand (1989a: 433) contabiliza um total de 62 tipos de informação que poderiam fazer parte do programa constante de informações nos dicionários monolíngües do alemão.
10. Conforme foi dito já, carecemos de metodologias que permitam conhecer com precisão as necessidades do usuário. No entanto, para determinados tipos de dicionários, tais como o dicionário escolar, é possível traçar um perfil de usuário. Farias (2005) fez interessantes experiências neste sentido, elaborando um perfil de usuário para um dicionário escolar baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

11. Isto corresponde ao que Kurt Baldinger chama de “etimologia história da palavra” (cf. Bugueño (1995), (2004)).

12. Das 123 ocorrências da forma *destinto* obtidas através de pesquisas em sites de língua portuguesa no Brasil, a grande maioria, ou faz referência à unidade léxica enquanto signo (são sites de gramáticas, que tratam justamente da questão dos parônimos), ou utiliza a forma *destinto* de maneira equivocada em lugar de *distinto*.

13. Os parágrafos indicados referem-se ao “Front Matter”.

14. Segundo Hou (2001, § 45.6) “(...) a competência lingüística do leitor basta para que encontre, na leitura do todo, o sinônimo ou variante que procura”.

15. Uma terceira função do exemplo é *documentar* ou *respaldar* seu uso por parte de quem o lexicógrafo (ou a comunidade idiomática) julga ser uma autoridade literária.

16. Um estudo sobre a valência verbal se pode encontrar em Welker (2005).

## Bibliografia

Au. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo *Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BUGUEÑO, Félix. El FEW de Walther von Wartburg y el LEI de Max Pfister. *Signos*. Valparaíso, v. 39, p. 81-95, 1995.

\_\_\_\_\_. Problemas medioestruturais em um dicionário de falsos amigos. In: PONGE, Robert (coord.) *Anais do Colóquio Nacional Letras em Diálogo e em Contexto*. Porto Alegre: PPGLet UFRGS, p. 1-16, 2003.

---

\_\_\_\_\_. La etimología en el diccionario de la lengua. *Revista Letras*. Curitiba, v. 64, p. 173-188, 2004.

DUPB. BORBA, Francisco. *Dicionário de usos do português brasileiro*. São Paulo: Ática, 2001.

ENGELBERG, Stefan, LEMNITZER, Lothar. *Lexikographie und Wörterbuchbenutzung*. Tübingen: Stauffenburg, 2004.

FARIAS, Virginia Sita. Proposta de parâmetros microestruturais para a avaliação de dicionários escolares. In: MOSTRA UNISINOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2005, São Leopoldo. *Livro de resumos*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. 1 CD-ROM. Linguística, Letras e Artes.

HAENSCH, Günther. *La lexicografía: de la lexicografía teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HARTMANN, R.R.K. *Teaching and researching lexicography*. London: Longman, 2001.

\_\_\_\_\_. JAMES, Gregory. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2001.

Hou. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACKSON, Howard. *Lexicography: an introduction*. Routledge: London, 2002

LANDAU, Sidney. *Dictionaries: The art and craft of lexicography*. Cambridge: CUP, 2001.

MARTÍNEZ DE SOUZA, José. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.

Mi. *Michaelis Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998

MiAu. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2005.

MiEsc. *Michaelis Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

MiHou. HOUAISS, Antônio; Villar, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MiLu. LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2002.

MiMe. *Minidicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

PITZEK, Mitar. Allgemeines einsprachiges Wörterbuch und Wörterbuchtypologie. *Linguistik online*, Frankfurt an der Oder, v.3/2, p. 1-11, [http://viadrina.eu-frankfurt-o.de/~journal/2\\_pitzek.html](http://viadrina.eu-frankfurt-o.de/~journal/2_pitzek.html), , acessado em: 08.07.2000, 1999.

SCHIFKO, Meter. Spanisch: Lexikologie und Semantik. In: HOLTUS, Günther, METZELTIN, Michael, SCHMIDT, Christian. *Lexikon der romanistischen Linguistik*. V 6/1, Tübingen: Max Niemeyer, p.132-148 1991.

SCHLAEFER, Michael. *Lexikologie und Lexikographie*. Berlin: Erich Schmidt, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários*. Uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

\_\_\_\_\_. A valência verbal em três dicionários brasileiros. *Linguagem & Ensino*. Pelotas, v. 8/1, p.73-100, 2005.

WIEGAND, Herbert Ernst. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, Franz Joseph et alii. *Wörterbücher, Dictionar-ies, Dictionnaires: Ein internationales Handbuch zur Lexikographie* v.1. Berlin/New York: Walter de Gruyter, p. 409-461, 1989a.

\_\_\_\_\_. Arten von Mikrostrukturen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, Franz Joseph et alii. *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires: Ein internationales Handbuch zur Lexikographie v.1*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, p. 462-501, 1989b.

ZGUSTA, Ladislav. *A manual of lexicography*. Praga: Academy of Sciences, 1971.